



ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gerência de Compras

Versão v.20.08.2019.

Processo SEI nº 2350.01.0007451/2019-21
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2351030 00001/2020

Tipo: MENOR PREÇO

Licitação exclusiva EPP/ME

Objeto: Aquisição de materiais didáticos em libras para atender as necessidades dos Cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais das Unidades Acadêmicas da Universidade do Estado de Minas Gerais.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ nº _____, retirou o Edital do Pregão acima referenciado e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail: _____.

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER INTEGRALMENTE PREENCHIDO E REMETIDO A GERENCIA DE COMPRAS, PELO E-MAIL: nathalia.pedersoli@uemg.br

Para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

A Gerência de Compras não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou que prestar informações incorretas no mesmo.

Os interessados deverão comunicar imediatamente eventuais atualizações ou modificações do e-mail, sob pena de ser considerado válido o encaminhamento direcionado ao e-mail declarado.

ÍNDICE

EDITAL

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
7. DA Sessão DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
11. DA CONTRATAÇÃO
12. DO PAGAMENTO
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO DE EDITAL III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. PREÂMBULO

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, em sessão pública, através do site www.compras.mg.gov.br, visando a aquisição de materiais de consumo para atender estudantes com deficiência visual lotados nas unidades acadêmicas da Universidade do Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual** nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e do **Decreto Estadual** nº 44.786, de 19 de Abril de 2008.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar** nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais** nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais** nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº. 47.437, de 26 de junho de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, pelas **Resoluções Conjuntas SEPLAG / SEF** n.º 3.458, de 22 de julho de 2003 e nº 8.898 de 14 de junho 2013, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG** N.º 9.576, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a **Lei nº 8.666**, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.

- 1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Nathalia Cristine Prado Pedersoli MASP 1.415.349-8, designada por meio da Portaria/UEMG nº 010, de 08 de fevereiro de 2020, e Equipe de Apoio constituída pelos seguintes servidores: Fabiana Aparecida Ferreira Dias MASP 1.310.760-2 e Renato Almeida Lima MASP: 1.454.760-8.
- 1.2. Em caso de impossibilidade de comparecimento do pregoeiro indicado no item anterior, atuará como seu substituto o pregoeiro João Eric Mendes Lopes MASP 1.397.376-3
- 1.3. A sessão de pregão terá início no dia 15 de junho de 2020, às 10:00 horas.
 - 1.3.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.
- 1.4. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

2. OBJETO

- 2.1. O presente edital tem por objeto a aquisição de materiais didáticos em libras para atender as necessidades dos Cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais das Unidades Acadêmicas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I deste Edital.

- 2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.
3. **DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
- 3.1. Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao Pregoeiro até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura da licitação.
- 3.2. Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail: nathalia.pedersoli@uemg.br.
- 3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ), Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).
- 3.2.2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram integral e corretamente as solicitações de retirada do Edital.
- 3.3. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão ou por licitante, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura da licitação, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.3.1. O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto a Universidade do Estado de Minas Gerais – Rodovia Papa João Paulo II, 4.043 – Ed. Minas – 8º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-900 (a/c Nathalia Pedersoli), no horário de 09h00min (nove horas) às 17h00min (dezessete horas), em envelopes separados, lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº, do processo e lote), assim como, de modo alternativo, protocolizado para o e-mail: nathalia.pedersoli@uemg.br, observado o prazo previsto no subitem 3.3 deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.
- 3.3.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.
- 3.4. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>, no quadro de avisos da licitação.
- 3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 3.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.7. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.
- 3.8. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
- 3.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.
4. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 4.1. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que conhecem a todas as exigências contidas neste Edital.
- 4.1.1. A participação na presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018;
- 4.1.1.1. Para fins de comprovação do porte do fornecedor deverá ser observado o disposto no item 4.4 deste edital.
- 4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:
- 4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- 4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- 4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- 4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 4.4. Os beneficiários enquadrados no item 4.3 deste edital deverão declarar, segundo sugestão de modelo anexo III e item 8.7.1.2 deste edital, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do parágrafo único do art. 13 Decreto Estadual nº 47437, de 2018.
- 4.5. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**
- 4.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.
- 4.6. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:
- 4.6.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- 4.6.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 4.6.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei 8666, de 1993;
- 4.6.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei 10.520, de 2002;
- 4.6.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei 8666, de 1993;
- 4.6.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;
- 4.6.7. Estiverem incluídas em uma das situações previstas no art.9º da Lei Federal nº 8.666/93;
- 4.7. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.
5. **DO CREDENCIAMENTO**
- 5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.
- 5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.
- 5.2. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.2.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.
- 5.3. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 18:00h.
- 5.4. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 4.3 que deseja obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 26 de junho de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG N.º 9.576, de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.
- 5.4.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
6. **DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**
- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site www.compras.mg.gov.br até a data e horário marcados para abertura da sessão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras - MG de que tem pleno conhecimento das exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.
- 6.2. Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste edital e de seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

- 6.3. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.
- 6.4. O encaminhamento da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento das exigências previstas neste edital.
- 6.5. O prazo de validade da proposta será de 60 sessenta dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.
- 6.6. As propostas deverão apresentar preço unitário e total por item e por lote, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofereçam apenas um preço, bem como apresentem marca e modelo.
- 6.6.1. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida por lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.
- 6.6.2. Na proposta de cada fornecedor participante, deverão ser informados elementos mínimos para identificação do produto ofertado, no tocante a marca e o modelo, em campo próprio do Sistema.
- 6.7. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.
- 6.8. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

- 7.1. No horário indicado no Preâmbulo deste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico com a análise das propostas comerciais.
- 7.1.1. As propostas comerciais serão analisadas, preservado o sigilo do licitante, quanto ao atendimento das especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo ou contenham vícios insanáveis.
- 7.1.2. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.
- 7.1.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.
- 7.2. DOS LANCES:
- 7.2.1. O pregoeiro divulgará, por meio do Portal de Compras - MG, o resultado da análise de horários e convidará os licitantes a apresentarem lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o preâmbulo estabelecido e suas regras de aceitação.
- 7.2.2. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em temporeal, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.
- 7.2.3. Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor o lote apurado de menor valor.
- 7.2.4. Ressalvada a hipótese de negociação com o primeiro colocado após a fase de lances, o "chat" não poderá ser utilizado para oferta de lances, devendo o fornecedor apresentá-los no campo próprio segundo definido no sistema, sob pena de sua desconsideração e caracterização de ato que perturba a sessão do procedimento licitatório.
- 7.2.5. Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances, segundo apurado pelo sistema do Portal de Compras - MG.
- 7.2.6. O proponente não poderá desistir de lance ofertado, salvo comprovação de justificativa plausível a ser analisada pelo pregoeiro durante a sessão de lances.
- 7.2.7. Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial apresentada, para efeito da classificação final.
- 7.2.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.2.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, com a identificação da data e do horário.
- 7.2.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o qual transcorrerá período de tempo randômico de 5 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.2.10. Após o encerramento da sessão de lances, a oferta de lances estará vedada, não podendo ser utilizado o "chat" para tal finalidade, ressalvada a hipótese de negociação com o primeiro colocado, sendo que tal comportamento poderá ser considerado perturbação da sessão do procedimento licitatório.
- 7.2.11. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.3. DO JULGAMENTO
- 7.3.1. O critério de julgamento será o de menor preço por lote, apurado de acordo com o Anexo I.
- 7.3.2. Definida a ordem de classificação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.3.3. A proposta cujo preço unitário de item do lote estiver acima do custo unitário do item relacionado na planilha de referência da Administração (ou do item individualmente considerado, superior a qualquer dos lances apresentados), poderá ter seus valores adequados das seguintes formas:
- 7.3.3.1. Aplicação de desconto percentual linear nos preços unitários da proposta inicial, calculado a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial;
- 7.3.3.2. Readequação não linear dos preços unitários, a critério do licitante, respeitado como limite máximo o valor global final ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial;
- 7.3.4. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 7.3.5. Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.
- 7.3.6. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.
- 7.3.6.1. Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 7.3.6.2. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, conforme estabelece o inciso XVII do art. 12 do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008, serão admitidos:
- 7.3.6.2.1. Planilha de custos elaborada pelo licitante, sujeita a exame pela Administração;
- 7.3.6.2.2. Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;
- 7.3.6.3. Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e da proposta comercial.
- 7.3.7. O pregoeiro, via "chat", deverá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;
- 7.3.8. O sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta que deverá comprovar sua habilitação no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) minutos, após a solicitação do pregoeiro, mediante encaminhamento de cópia da documentação de habilitação e da proposta comercial atualizada com os valores obtidos no pregão, por meio do e-mail informado pelo pregoeiro.
- 7.3.8.1. Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, do Ministério da Economia (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>)
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, da Controladoria-Geral da União; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça; Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União; por meio do link de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (<https://certidoes-afp.apps.tcu.gov.br/>)
- 8.1.3. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, da Controladoria-Geral do Estado (<https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodeng/seplag/fornecedor/publico/index.zul>), nos termos do art. 12 da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e inc. III do art. 52 do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.
- 8.1.4. Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN, da Secretaria de Estado de Fazenda (<http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>), nos termos do art. 10, inc. I do Decreto Estadual nº 44.694, de 28 de dezembro de

2007.

8.2. A consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA também deverá ser realizada em nome dos sócios majoritários da empresa, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. REGULARIDADE JURÍDICA:

8.3.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais e das declarações constantes no ANEXO III deste Edital.

8.3.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

8.3.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

8.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

8.3.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.3.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.3.7. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

8.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

8.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.4.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

8.4.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

8.4.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site www.fazenda.mg.gov.br.

8.4.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.6.1. Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, por meio da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, compreendendo os requisitos abaixo relacionado

8.6.1.1. **Todos os lotes:** Atestado(s) comprobatório(s) da capacidade técnica da Licitante para fornecimento dos itens ofertados, atendendo ao quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades apresentadas no Anexo I;

8.6.2. Os atestados deverão conter:

8.6.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

8.6.2.2. Local e data de emissão.

8.6.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

8.6.2.4. Período da execução da atividade.

8.6.3. Para atendimento do quantitativo indicado nos subitens do item 8.5.1, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

8.6.3.1. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

8.7. DECLARAÇÕES:

8.7.1. Serão exigidas as declarações abaixo, cujas sugestões de modelo para os itens 8.6.1.1 e 8.6.1.2 seguem anexas a este edital:

8.7.1.1. Quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no Anexo III - Modelos de Declarações.

8.7.1.2. Para cumprimento do parágrafo único do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018, quanto aos beneficiários enquadrados no item 4.3, declaração, segundo item 4.4, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.8. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

8.8.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

8.8.1.1. Constando no CRC qualquer documento com o prazo de validade vencido, será assegurado ao fornecedor o direito de encaminhar o documento via e-mail, no prazo máximo informado no item 7.3.9.

8.8.1.2. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

8.8.2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados via e-mail, no formato PDF, no momento da análise dos documentos de habilitação.

8.8.2.1. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.8.2.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

8.8.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

8.8.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.8.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

8.8.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

8.8.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.8.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

8.8.5. Aos beneficiários listados no item 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.8.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor.

8.8.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no "chat" que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor ou fracassado o lote, o participante do certame terá até 10 (dez) minutos para manifestar, imediata e motivadamente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da sessão do pregão, para apresentação das razões de recurso, ficando os demais participantes, desde logo intimados, sem necessidade de publicação, a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. Todos os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados por meio do sistema eletrônico, em formulários próprios, nos termos do art. 13, XLI, do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008, e, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail, observados os prazos previstos no item 9.1

9.3. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante documento protocolizado junto a Universidade do Estado de Minas Gerais – Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 – Ed. Minas – 8º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (a/c Nathalia Pedersoli), no horário de 09h00min (nove horas) às 17h00min (dezesete horas), em envelopes separados, lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 9.1.

9.4. Não serão conhecidos recursos não registrados na forma e prazo estabelecidos no item 9.1 do edital, além de que, a falta de manifestação imediata e motivada do fornecedor, importará decadência do direito de recurso.

9.4.1. Para fins de juízo de admissibilidade do recurso, o pregoeiro poderá não conhecer do recurso caso verifique ausentes quaisquer pressupostos processuais, como sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, vedado exame prévio da questão relacionada ao mérito do recurso.

9.5. Os recursos serão decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazão, sendo que o acolhimento de recurso importará validação exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os recursos e contrarrazões de recursos devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:

9.6.1. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

9.6.2. Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme art. 8º do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008.

9.6.3. Inadmitir o recurso exclusivamente por falta de pressupostos processuais recursais de existência ou de validade e de desenvolvimento, observado item 9.4.1.

9.7. O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

9.8. A decisão do recurso será divulgada no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br, no campo quadro de avisos do referido pregão, bem como comunicada via e-mail ao licitante recorrente e aos que apresentaram contrarrazões.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

10.2. O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

10.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme minuta do ANEXO IV, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

11.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

11.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimentosei@planejamento.mg.gov.br.

11.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

11.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

11.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

11.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 18, §2º do Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008.

11.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através de carta postal ou e-mail.

11.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (dias) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

12.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

12.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo "visualizador", desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda do Portal Nacional da NF-e.

12.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

12.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

12.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

12.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

12.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

12.4. Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores por meio do e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.1.1. advertência por escrito;

13.1.2. Multa, até os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012:

13.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

- 13.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- 13.1.2.3. 7% (sete por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;
- 13.1.2.4. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.
- 13.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 13.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- 13.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 13.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 13.1.1, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5.
- 13.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.
- 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.
- 13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 13.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 13.7. As sanções relacionadas nos itens 13.1.3, 13.1.4 e 13.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.
- 13.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
- 13.8.1. Retardarem a execução do objeto;
- 13.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 13.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.
- 13.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
14. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 14.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 14.2. Todos os documentos relativos a essa licitação, enviados por meio físico, nas hipóteses previstas na lei e neste edital, deverão ser entregues em envelopes lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do pregão e lote).
- 14.3. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 14.4. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I deste Edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.
- 14.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 14.6. O objeto da relação jurídica decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 14.7. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 14.9. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 14.10. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

Lavinia Rosa Rodrigues

Reitora

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	Órgão Solicitante	Número do Pedido de Compra	Número da Unidade de Compra
04/2020	PROEN		

Responsável pelo Pedido	Superintendência ou Diretoria
Nome: RITA DE CÁSSIA E-mail: rita.oliveira@uemg.br Ramal para contato: (32) 30523100	Rita de Cássia

1. OBJETO:

Aquisição de Materiais Didáticos para atender as necessidades dos Cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais da Unidade Acadêmica de Barbacena, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

2. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

- Contribuir para estimular a observação, comparação, raciocínio lógico e outras habilidades inscritas no campo de letramento matemático;
- Ajudar a ensinar sobre: a construção de métodos de ensino para o reconhecimento dos algarismos e dos sinais que contribuam com a consolidação da noção de quantidades;
- Ajudar a ensinar sobre a construção de métodos de ensino sobre: o sistema de numeração decimal, as operações de soma e subtração, o que também contribui para desenvolver o raciocínio lógico, a concentração e a coordenação motora;
- Ajudar a ensinar sobre: a construção de métodos de ensino para estimular a coordenação dinâmica geral e auxiliar o aluno no seu processo de aprendizagem;
- Ajudar a ensinar sobre a construção de métodos de ensino que possam desenvolver as habilidades de escrita e de comunicação;
- Ajudar a ensinar sobre a construção de métodos de memorização e de concentração, com o objetivo é associar o sinal em libras as letras do alfabeto.
- Ajudar a ensinar sobre a construção de métodos para o desenvolvimento da atenção, da memória, da concentração, da percepção visual e da discriminação de figuras.
- Estimular o aprendizado da linguagem em libras através de associação entre a figura que representa a quantidade, o número e o sinal correspondente em Libras. Os jogos ajudam a desenvolver a atenção, a memória, a concentração, a percepção visual e a discriminação de figuras de forma lúdica e agradável à criança.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**LOTE 1**

Item	Código do item no SIAD	Unidade	Quantidade por Unidade	Quantidade Total do item	Unidade de aquisição	Especificação do item
1	1726005	CAMPANHA	10	51	Unidade	JOGO EDUCATIVO/PEDAGÓGICO - IDENTIFICAÇÃO: KIT EDUCATIVO DE JOGOS PEDAGÓGICOS EM LIBRAS; PECAS: 05 JOGOS DE MEMORIA EDUCATIVA EM LIBRAS;
		BARBACENA	05			
		IBIRITÉ	08			
		LEOPOLDINA	05			
		DIVINÓPOLIS	05			
		CARANGOLA	05			
		ITUJUTABA	02			
		PASSOS	10			
POÇOS DE CALDAS	01					

LOTE 2

Item	Código do item no SIAD	Unidade	Quantidade por Unidade	Quantidade Total do item	Unidade de aquisição	Especificação do item
1	1730550	CAMPANHA	1	23	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICAÇÃO: CARIMBO DO ALFABETO EM LIBRAS; MATÉRIA-PRIMA: MADEIRA/BORRACHA; FAIXA ETÁRIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	4			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUJUTABA	5			
PASSOS	1					
2	1730606	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBOS DE ANIMAIS EM LIBRAS; MATÉRIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUJUTABA	3			
PASSOS	1					
3	1730770	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBOS DE BRINQUEDOS EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUJUTABA	3			

		PASSOS	1			
4	1730916	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBO DATAS COMEMORATIVAS EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUITUABA	3			
		PASSOS	1			
5	1730932	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBOS DE FAMILIA EM LIBRAS ; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUITUABA	3			
		PASSOS	1			
6	1730940	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBO DE FRUTAS EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUITUABA	3			
		PASSOS	1			
7	1731106	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBO VERDURAS E LEGUMES EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUITUABA	3			
		PASSOS	1			
8	1731173	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBO DE MEIOS DE COMUNICACAO EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		CARANGOLA	5			
		ITUITUABA	3			
		PASSOS	1			
9	1731190	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBOS DE MEIOS DE TRANSPORTE EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;
		BARBACENA	1			
		IBIRITE	2			
		LEOPOLDINA	5			
		DIVINOPOLIS	3			

		POÇOS DE CALDAS	1						
		CARANGOLA	5						
		ITUITUABA	3						
		PASSOS	1						
10	1731203	CAMPANHA	1	24	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBO DE NUMEROS EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;			
		BARBACENA	1						
		IBIRITE	2						
		LEOPOLDINA	5						
		DIVINOPOLIS	3						
		POÇOS DE CALDAS	1						
		CARANGOLA	5						
		ITUITUABA	5						
		PASSOS	1						
11	1731211	CAMPANHA	1	22	Unidade	BRINQUEDO EDUCATIVO - IDENTIFICACAO: CARIMBO VESTUARIO EM LIBRAS; MATERIA-PRIMA: PLASTICO; FAIXA ETARIA: DE 04 A 10 ANOS;			
		BARBACENA	1						
		IBIRITE	2						
		LEOPOLDINA	5						
		DIVINOPOLIS	3						
		POÇOS DE CALDAS	1						
		CARANGOLA	5						
		ITUITUABA	3						
		PASSOS	1						
12	1697374	CAMPANHA	5	43	Unidade	CONE PARA SINALIZACAO - MATERIA-PRIMA: PVC RIGIDO; ALTURA: 50 CM; COR DO CONE: LARANJA; FAIXA: DUAS FAIXAS BRANCAS; TIPO DA FAIXA: NAO REFLETIVA, LISA; BASE: QUADRADA OU ARREDONDADA; PESO: MINIMO 500 G; ACABAMENTO: TOPO COM ABERTURA ENTRE 4 E 4,5 CM DE DIAMETRO;			
		BARBACENA	20						
		LEOPOLDINA	4						
		DIVINOPOLIS	5						
		POÇOS DE CALDAS	1						
		ITUITUABA	3						
		PASSOS	5						

LOTE 3

Item	Código do item no SIAD	Unidade	Quantidade Unidade	por	Quantidade Total do item	Unidade aquisição	de	Especificação do item
1	1726099	CAMPANHA	10		56	Unidade		JOGO EDUCATIVO/PEDAGÓGICO - IDENTIFICAÇÃO: QUEBRA-CABEÇA, EM LIBRAS; PECAS: 30 PECAS;
		BARBACENA	01					
		IBIRITE	08					
		LEOPOLDINA	05					
		DIVINOPOLIS	05					
		POÇOS DE CALDAS	02					
		CARANGOLA	10					
		ITUITUABA	05					
		PASSOS	10					
2	285340	CAMPANHA	20		110	Unidade		ABACO - MATERIA PRIMA: MADEIRA; COMPOSICAO: BASE, 05 COLUNAS E ARGOLAS;
		BARBACENA	30					
		IBIRITE	20					
		LEOPOLDINA	5					
		DIVINOPOLIS	5					
		POÇOS DE CALDAS	2					
		CARANGOLA	5					
		ITUITUABA	3					
		PASSOS	20					

LOTE 4

Item	Código do item no SIAD	Unidade	Quantidade por Unidade	Quantidade Total do item	Unidade de aquisição	Especificação do item
1	1753355	CAMPANHA	10	66	Unidade	JOGO EDUCATIVO/PEDAGOGICO - IDENTIFICACAO: SÓLIDOS GEOMETRICOS; PECAS: 20 PECAS EM MADEIRA
		BARBACENA	30			
		IBIRITE	3			
		LEOPOLDINA	4			
		DIVINOPOLIS	5			
		POÇOS DE CALDAS	1			
		ITUJUBA	3			
		PASSOS	10			

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS:

4.1 LOTE 1

Código 1726005: Jogos Educativos em Libras

Contém: 1 Unidade Memória Animais em Libras com 40 peças medindo 5 x 5 x 0,3 cm confeccionado em MDF, impresso em silk-screen.

1 Unidade Memória Alimentos em Libras com 40 peças medindo 5 x 5 x 0,3 cm confeccionado em MDF, impresso em silk-screen.

1 Loto Libras com 210 peças sendo: 10 placas 18 x 18 x 0,3 cm com 50 ilustrações que representam palavras com 4 letras, ao lado de cada imagem há a representação da palavra na linguagem de sinais + 200 letras em MDF tamanho 2,5 x 3 x 0,3 cm

1 Unidade Memória Alfabetos em Libras 56 peças em MDF tamanho 5 x 5 x 0,3 cm

1 unidade Numerais e Quantidades em Libras, confeccionado em M.D.F. composto por 30 peças medindo 10 x 10 x 0,3 cm em média

4.2 LOTE 2

Código: 1730550 - Carimbo alfabeto em libras

O carimbo Alfabeto em Libras é produto muito resistente feito em plástico e borracha.

Carimbo Alfabeto em Libras contém 26 unidades de carimbos em libras, com lindas imagem, isso vai facilitar o entendimento e o aprendizado das crianças que estão iniciando no Alfabeto em Libras.

O carimbo educativo do Alfabeto em Libras vem com base em plástico em formato que facilita o manuseio e a limpeza do material, a borracha do carimbo e de boa qualidade. Nome do produto: Carimbo Alfabeto em Libras.

Dimensões dos carimbos: 4 cm x 4 cm

Quantidade de peças: 26

Código: 1730606 - Carimbo Animais em libras

O carimbo pedagógico de Animais em Libras contém 10 unidades

Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

O carimbo pedagógico de Animais domésticos em Libras. Acondicionado em caixa de papelão lacrada.

Código: 1730770 - Carimbo brinquedos em libras

O carimbo pedagógico de Brinquedos em Libras contém 10 unidades

Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

Código: 1730916 - Carimbo datas comemorativas em libras

O carimbo pedagógico de Datas Comemorativas em Libras contém 10 unidades de carimbos.

Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Fabricados em plástico.

Código: 1730932 - Carimbo família em libras

O carimbo pedagógico de Família em Libras contém 10 unidades Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico.

Código: 1730940 - Carimbo frutas em libras

O carimbo pedagógico de Frutas em Libras contém 10 unidades

Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

Código: 1731106 - Carimbo legumes e verduras em libras

O carimbo pedagógico de Legumes e Verduras em Libras contém 10 unidades Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

Código: 1731173 - Carimbo meios de comunicação em libras

O carimbo pedagógico de Meios de Comunicação em Libras

Contém 10 unidades

Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

Código: 1731190 - Carimbo meios de transportes em libras

O carimbo pedagógico de Meios de Transportes em Libras contém 10 unidades

Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

Código: 1731203 - Carimbo números em libras

O carimbo educativo Números em Libras

Contém 10 unidades Dimensões: 3,5 cm x 4,5 cm

Fabricado em Plástico

Código: 1731211 - Carimbo vestuário em libras

O carimbo pedagógico de Vestuários em Libras contém 10 unidades Dimensões: 3,5 x 4,5 cm

Material: Plástico

Código: 1697374 - Cone Sinalização

Cone Sinalização Laranja E Branco 50cm Plastcor

O Cone em PVC Rígido é um equipamento muito versátil, podendo ser utilizado em ambientes internos e externos para práticas esportivas, estacionamento, sinalização de trânsito e obras.

O Cone,50cm PVC é confeccionado com um composto plástico de alta durabilidade e resistência, além de possuir uma alta visibilidade para sinalização

4.3 LOTE 3

Código: 1726099 - Numerais e quantidades em libras em MDF

Faixa etária recomendada: À partir de 5 anos

Dimensões do produto: 22x18x4 cm

Dimensões do produto com embalagem: 24x20x6 cm

Peso aproximado do produto: 750g

Itens inclusos 30 peças

Composição / Material: Madeira

Embalagem: Madeira

Jogo em formato de quebra cabeça, que trabalha com numerais e quantidades em Libras, apoiado na memória visual e coordenação motora.

Código: 285340 - Ábaco Aberto

Uso: Permite a visualização do valor posicional, o que facilita a compreensão do sistema de numeração decimal. Utilizado como intermediário entre a construção da quantidade numérica e sua simbolização.

Permite a realização das operações de adição e subtração e números naturais.

Desenvolve: Construção de quantidades numéricas, valor posicional, sistema de numeração, operações de adição e subtração.

Idade: A partir da 1ª série / 7 anos.

Composição: Aparelho de madeira medindo 06x20x30cm, com 5 hastes e 50 argolas em E.V.A multicoloridas.

4.4 LOTE 4

Código: 285340 - sólidos Geométricos

Faixa etária recomendada: A partir de 3 anos

Dimensões do produto com embalagem: 25 x 19 x 7 cm

Peso aproximado do produto: 940 g

Itens inclusos: 11 peças de formas geométricas

Composição / Material: Madeira

Embalagem: Plástico encolhível.

5. OBRIGAÇÕES:

5.1 DA CONTRATADA:

5.1.1 Arcar com todos os custos no que se refere aos impostos, taxas e fretes para entrega do material;

5.1.2 Responsabilizar-se pela entrega dos materiais, em horários a ser agendado com a direção da Unidade. Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas que os protejam de intempéries, manuseio a acomodações durante todo o transporte.

5.1.3 A empresa vencedora deverá garantir a qualidade dos materiais, comprometendo-se a substituí-los caso não atendam ao padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de fabricação, no prazo de até 48 horas após ter sido notificada.

5.1.4 Manter seus empregados devidamente identificados por crachá durante a prestação dos serviços nas unidades;

5.1.5 Não interferir nas atividades rotineiras da CONTRATANTE;

5.1.6 Manter absoluto sigilo de todos os dados, documentos e informações da CONTRATANTE, que vier a ter acesso, por ocasião da entrega dos produtos, obrigando-se a não divulgá-los à terceiros, sem sua prévia autorização;

5.1.7 Não transferir, total ou parcialmente, não subcontratar, ainda que parcialmente, qualquer atividade relativa à execução deste objeto;

5.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a retirada e entrega dos materiais a serem substituídos.

5.2 DA CONTRATANTE:

5.2.1 Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento dos bens;

5.2.3 Efetuar o pagamento referente ao objeto da presente aquisição;

5.2.4 Efetuar o pagamento dos valores devidos, no prazo e nas condições pactuadas;

5.2.5 Designar um servidor responsável para acompanhar o recebimento e a regularidade de entregas nos prazos citados neste edital. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado na Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

6.1 Antes de realizar a entrega dos objetos físicos a empresa deverá enviar para apreciação do fiscal do contrato uma amostra dos itens, esta poderá ainda ser realizada por meio virtual informando o link dos itens ou envio de fotos.

6.2 A empresa somente poderá iniciar a entrega dos itens após aprovação formal, por e-mail, da amostra enviada.

6.3 Os materiais descritos na especificação do objeto deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais com as devidas identificações de quantidade (múltiplos de embalagem), material, prazo de validade, condições de armazenagem, fabricante e demais informações técnicas pertinentes

7. PRAZO DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues no prazo 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de fornecimento e Nota de empenho.

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

8.1. Constatadas irregularidades no material o Contratante poderá: se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição.

8.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da notificação por escrito, mantendo-se o preço inicialmente contratado. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.3. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

8.4. Em caso de avarias, rejeitar o produto no todo ou em parte, determinando sua substituição.

9. LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues de segunda a sexta feira em horário a ser agendado conforme endereços da tabela abaixo:

Unidade	Responsável pelo Recebimento	E-mail	Telefone	Endereço da Entrega
Barbacena	Rita de Cássia ou Cristina Hill Favero	cristina.favero@uemg.br	(32) 3052-3100	Rua Coronel José Máximo – 200, Bairro São Sebastião – Barbacena – MG - Cep: 36202-284
Carangola	Márcio de Assis Vancini	marcio.vancini@uemg.br	32.3741-70703	Praça dos Estudantes, 23 - Santa Emília - Carangola - MG CEP: 36800-000
Campanha	Chaiane Priscila da Silva	chaiane.silva@uemg.br	35-3261-2020	Praça Dom Ferrão Nº 167, Centro - Campanha - MG CEP: 37400-000
Divinópolis	Eliane Goncalves Rabelo Santos	eliane.santos@uemg.br	37-3229.3530	Av. Paraná, 3001, Jardim Belvedere. Divinópolis - MG. CEP: 35501-170
Ibirité	Geovanna Gonçalves Soares	geovanna.goncalves@uemg.br	31-3521-9500	Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário, Ibirité / MG - CEP: 32400-000
Ituiutaba	Otaviano Fernandes Gonçalves	otaviano.goncalves@uemg.br	34-3271.9956	Rua Ver. Geraldo Moisés da Silva, s/n Ituiutaba/MG CEP: 38302-192
Leopoldina	Rodrigo Fialho Silva	diretoria.leopoldina@uemg.br	32 99991-5516	Rua Castro Alves, s/n, Bairro Pirineus - CEP: 36700-000
Passos	Sinelle Duarte	sinelle.duarte@uemg.br	35-99996.0215	Av. Juca Stockler, 1130 Bairro Belo Horizonte - Passos/MG - CEP 37900-106
Poços de Caldas	Juliana Santos de Souza Gomes	juliana.gomes@uemg.br	35-3114-7732	Avenida Padre Francis Cletus Cox, 300, Jardim Country Club, Poços de Caldas/MG, CEP 37714-620

10. FISCALIZAÇÃO

10.1 Fica designada a servidora **Cristina Hill Favero – MASP 5612270**, para receber e fiscalizar o material em conformidade com a Autorização de Fornecimento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

10.2 Ficam designados como apoio à fiscalização os seguintes servidores:

Unidade	Responsável	E-mail	Masp
Carangola	Márcio de Assis Vancini	marcio.vancini@uemg.br	14452049
Campanha	Chaiane Priscila da Silva	chaiane.silva@uemg.br	14451900
Divinópolis	Eliane Goncalves Rabelo Santos	eliane.santos@uemg.br	13849609
Ibirité	Geovanna Gonçalves Soares	geovanna.goncalves@uemg.br	13508254
Ituiutaba	Otaviano Fernandes Gonçalves	otaviano.goncalves@uemg.br	13743315
Leopoldina	Rodrigo Fialho Silva	diretoria.leopoldina@uemg.br	0556957-9
Passos	Sinelle Duarte	sinelle.duarte@uemg.br	1204530-8
Poços de Caldas	Juliana Santos de Souza Gomes	juliana.gomes@uemg.br	12789046

11. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário junto ao Banco do Brasil, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento definitivo dos materiais, com base nos documentos fiscais conferidos e aprovados pela UEMG.

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2351030 00001/2020 (preenchida em papel timbrado da proponente)	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Nome empresarial	
CNPJ	
Endereço	

Telefone/Fax			
Nome do Representante Legal			
Identidade do Representante Legal	CPF do Representante Legal		
DESCRIÇÃO DA PROPOSTA – LOTE X			
Valor Unitário	Quantidade	Valor Total	
	COM ICMS		
	R\$		R\$
	SEM ICMS		
R\$		R\$	
Valor Total do Lote:			R\$
Demais informações relativas ao complemento da especificação do serviço, encontram-se disponíveis no Anexo I.			
Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I.			
Condições de pagamento	Conforme minuta do contrato		
Prazo de Validade da Proposta	(mínimo sessenta dias)		
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.			
Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.			
Data e local.			
Assinatura do Representante Legal da Empresa			

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____ declara, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

_____, _____ de _____ de 2020

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Raoni Bonato da Rocha, Chefe de Gabinete**, em 25/05/2020, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lavinia Rosa Rodrigues, Reitora**, em 25/05/2020, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14567729** e o código CRC **54687066**.

Referência: Processo nº 2350.01.0007451/2019-21

SEI nº 14567729